

RELATÓRIO ANUAL ADMINISTRAÇÃO

2009

NOSSA CAIXA DESENVOLVIMENTO

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO - AFESP

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DA DIRETORIA.....	3
2. APRESENTAÇÃO.....	5
2.1 Agência de Fomento do Estado de São Paulo - AFESP.....	5
2.2 Estratégias e Objetivos.....	5
2.2.1 Estratégia de Atuação.....	5
2.2.2 Objetivos Institucionais.....	6
2.2.3 Modelo de Gestão.....	6
2.2.4 Modelo de Negócio.....	6
2.2.5 Gestão de Desempenho.....	7
2.2.6 Gestão de Pessoas.....	7
3. PANORAMA DE MERCADO.....	7
3.1 Análise econômica.....	7
3.2 Perfil do Mercado de Atuação.....	8
3.3 Público Alvo.....	8
4. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	9
4.1 Desempenho nos Negócios.....	9
4.2 Política de Crédito.....	9
4.3 Produtos.....	10
5. DESEMPENHO FINANCEIRO.....	11
5.1 Análise dos Resultados.....	11
6. GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	12
6.1 Organograma.....	13
6.2 Conselho de Administração.....	14
6.3 Diretoria Colegiada.....	14
6.4 Conselho Fiscal.....	14
6.5 Comitê de Prevenção aos Crimes de Lavagem de Dinheiro.....	14
6.6 Comitê de Crédito.....	15
6.7 Comitê de Investimentos.....	15
6.8 Auditoria Interna.....	15
6.9 Ouvidoria.....	15
7. GESTÃO DE RISCO.....	16
7.1 Risco de Mercado.....	16
7.2 Risco de Crédito.....	16
7.3 Risco Operacional.....	17
7.4 Basileia II.....	17
8. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.....	17
8.1 Campanha de Agasalhos.....	18
8.2 Campanha de Brinquedos.....	18
8.3 Campanha “Cestas Básicas”.....	18
8.4 Campanha “Adote a Caixa e Recicle”.....	18
8.5 Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA).....	18
8.6 Projeto “Esta é a Nossa Canção”.....	19
9. DESTAQUES 2009.....	19
10. PLANO 2010.....	20

1. MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano de 2009 foi marcado por grandes desafios para a Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo – AFESP. Iniciamos as atividades em 11 de março e, desde então, assumimos o compromisso de fazer da AFESP o principal instrumento de apoio creditício ao desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo.

O primeiro grande desafio foi disponibilizar linhas de financiamento para apoiar as empresas paulistas que passavam por dificuldades com a restrição do crédito, agravadas, principalmente, pela crise financeira internacional que atingiu, também, o Brasil.

Centralizamos, então, nossos esforços na estruturação organizacional e de negócios, com as instalações da infraestrutura tecnológica e operacional e na definição das políticas internas que nortearam nosso plano de ações. E, em apenas três meses, a AFESP formalizou a primeira operação piloto dentro do Programa de Crédito Produtivo (PCP).

Outro grande desafio foi a definição do canal principal de negócios e da cobertura da AFESP em todo o Estado de São Paulo. Como não temos rede de unidades, celebramos parcerias com órgãos e entidades de classes, os quais têm permitido gradativamente abranger todo o território paulista de maneira ágil.

Demos, então, seqüência ao plano de desenvolvimento de novos produtos e à formalização do credenciamento da AFESP como agente financeiro do BNDES. Com isso, temos linhas de financiamento diversificadas para operar com recursos próprios, além das linhas de repasses nos programas BNDES Automático e BNDES FINAME.

Para os Municípios Paulistas, lançamos o Programa Via SP, uma linha de crédito voltada para obras de infraestrutura viária. Na primeira fase do programa, que se encerrou em dezembro, foram destinados R\$ 80 milhões em recursos próprios e a possibilidade de obtenção de mais R\$ 70 milhões em recursos do BNDES. Foram atendidas 69 prefeituras dentro da disponibilidade dos recursos.

Em novembro, expandimos ainda mais nossas parcerias. Celebramos o convênio de cooperação com a Indústrias Romi Ltda, que permite viabilizar o financiamento de máquinas produzidas a seus clientes de micro, pequeno e médio porte, empresas que são foco da AFESP.

Para fortalecer o desenvolvimento do setor produtivo de nossa economia, lançamos a Linha de Financiamento ao Investimento Paulista – FIP, nas modalidades FIP – Tecnologia, FIP – Meio Ambiente, FIP – Energia e FIP Simplificado, linhas voltadas especificamente para projetos de inovação e desenvolvimento tecnológico e apoio ao meio-ambiente.

Em 2009, operamos com 54 funcionários, aos quais se somarão mais 50 colaboradores admitidos mediante concurso público. Temos aumentado nossa capacidade operacional mediante a implementação de sistemas e equipamentos de apoio.

Com a orientação estratégica que temos recebido do Conselho da Administração, os pareceres do Conselho Fiscal, o apoio do Governo do Estado e dos nossos parceiros, temos certeza que continuaremos cumprindo cada vez melhor a nossa missão institucional.

Milton Luiz de Melo Santos
Diretor-Presidente

2. APRESENTAÇÃO

2.1 Agência de Fomento do Estado de São Paulo - AFESP

Criada pela Lei Estadual 10.853/01 e regulamentada pelo Decreto 52.142/07, a Agência de Fomento do Estado de São Paulo - AFESP foi concebida como um instrumento institucional de apoio à execução de políticas ativas de desenvolvimento econômico para o Estado de São Paulo.

Parte integrante da Administração indireta do Estado de São Paulo, que detém o controle acionário com 99,99% das ações, iniciou suas atividades em 11 de março de 2009 com capital autorizado pelo Governo do Estado de R\$ 1 bilhão, dos quais R\$ 400 milhões já estão integralizados, é vinculada à Secretaria da Fazenda e atua de forma integrada com as entidades do governo estadual, constituindo-se num mecanismo ágil para definição de prioridades e instrumentos de atuação.

Missão

“Promover o desenvolvimento sustentável do Estado, mediante o financiamento de projetos produtivos, buscando a ampliação e racionalização das políticas financeiras e de fomento”.

2.2 Estratégias e Objetivos

2.2.1 Estratégia de Atuação

No Estado que concentra a maior parcela do valor adicionado industrial do país, as políticas de fomento devem identificar e fortalecer os diferenciais de competitividade da região. Isto envolve o apoio preferencial a segmentos de empresas geradoras de empregos, nem sempre atendidas em condições adequadas pelas linhas e instituições de crédito existentes (caso das pequenas e médias empresas) e o apoio seletivo a investimentos que complementem ou diversifiquem as cadeias industriais já instaladas.

A estratégia operacional da AFESP prevê a racionalização e a ampliação do alcance das políticas financeiras de fomento do Estado, com focos específicos, buscando direcionar os financiamentos para áreas prioritárias que considerem os objetivos estratégicos de desenvolvimento estadual.

Para tanto, a AFESP pode conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades, incluindo o financiamento de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos no Estado de São Paulo, crédito

destinado ao setor público e a administração dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo.

Como a AFESP não possui rede de agências, celebrou parcerias com órgãos de classe e entidades representativas, como o SEBRAE, ABIMAQ, FIESP, FECOMERCIO, FAESP, ACSP, FACESP, ABRIESP, SIMPI, SINDIPEÇAS, ASSOCIAÇÃO LIMEIRENSE DE JÓIAS, SINDIFRANCA, APAS, ASPACER, SINBI, SINTELMARK, SINDICALÇADOS JAÚ, ACERVIR, CECOMPI, SIMM, FIPASE e AJORESP, entre outros.

O objetivo desses acordos operacionais é disponibilizar, por meio dos parceiros, todas as orientações necessárias para a viabilização das linhas de crédito disponíveis e facilitar o acesso aos financiamentos para as pequenas e médias empresas.

2.2.2 Objetivos Institucionais

- Estimular o desenvolvimento econômico e tecnológico, aumentando a competitividade no Estado;
- Priorizar segmentos que estimulem a melhoria da qualidade de vida da população paulista, contribuindo com a geração de empregos, renda e desenvolvimento social;
- Ser uma instituição auto-sustentável, eficaz, ágil e inovadora;
- Atuar como agente financeiro da Política Estadual de Mudança Climática.

2.2.3 Modelo de Gestão

- Estrutura compacta, flexível e ágil, com pessoal qualificado e suporte técnico compatível com as necessidades, para garantir a excelência no desempenho das atividades;
- Formação de parcerias com instituições financeiras, empresariais, comerciais, governamentais e de pesquisa;
- Terceirização de serviços para suporte operacional na estrutura do negócio.

2.2.4 Modelo de Negócio

- Financiar empresas que gerem emprego, renda e crescimento econômico com sustentabilidade;
- Financiar setores públicos e privados na implementação de infraestrutura;
- Apoiar projetos inovadores e com foco na modernização do setor produtivo;

- Apoiar a internacionalização das Pequenas e Médias Empresas.

2.2.5 Gestão de Desempenho

O acompanhamento do desempenho de todas as áreas da Agência, bem como do cumprimento dos objetivos estratégicos, é realizado pela área de Governança e Planejamento.

O Sistema de Avaliação de Desempenho, modelo de gerenciamento por atividades, implantado em junho de 2009, proporciona o acompanhamento sistemático das ações. Com transparência e participação ativa dos gestores, tem a finalidade de dar subsídios ao acompanhamento dos resultados e à tomada de decisão, proporcionando um gerenciamento mais efetivo e eficaz.

2.2.6 Gestão de Pessoas

Com uma estrutura compacta, flexível e ágil, a AFESP conta com um quadro de pessoal qualificado e tecnicamente preparado, a fim de garantir a excelência no desempenho das atividades.

O panorama do futuro está relacionado com o talento, a competência e o capital intelectual. Nesse sentido, a função da Gestão de Pessoas é auxiliar a organização a alcançar seus objetivos e realizar sua missão, proporcionando competitividade à organização. Dentro dessas premissas, a Gestão de Pessoas desenvolveu o “**Plano de Desenvolvimento Profissional**”, cuja meta é valorizar, treinar e capacitar o colaborador, com foco no presente e no futuro da Instituição. Em 2009, foram atendidos pelo programa 39 colaboradores, representando 73,58% do quadro.

A AFESP encerrou as atividades de 2009 com 54 colaboradores ativos, com a previsão de contratação, no início de janeiro de 2010, de mais 50 novos colaboradores, aprovados no concurso realizado em novembro passado.

3. PANORAMA DE MERCADO

3.1 Análise econômica

Em 2009, a economia brasileira, assim como a do resto do mundo, foi afetada drasticamente pela crise financeira internacional, que teve origem no quarto trimestre de 2008. Porém, ao longo do ano, sua recuperação mostrou-se vigorosa, se comparada com os demais países.

A crise impôs uma forte restrição sobre o canal de crédito utilizado pelos bancos e afetou negativamente a confiança de consumidores e

empresários. Estes efeitos, combinados com a retração da demanda externa, resultou em forte queda da produção industrial, pelo lado da oferta de bens, e dos investimentos, sob a ótica da demanda. A consequência disso foi a elevação da taxa de desemprego e desaceleração no crescimento da massa de salários reais.

Nesse contexto, os órgãos governamentais adotaram um conjunto de políticas e medidas fiscais, que contribuíram de forma decisiva para a recuperação da atividade econômica.

Em sintonia, o Governo do Estado de São Paulo deslançou um importante pacote de investimentos públicos e de incentivos aos investimentos privados, dentro deles, a inauguração da Agência de Fomento do Estado de São Paulo, com o objetivo de contribuir e impulsionar o desenvolvimento econômico e social do Estado.

3.2 Perfil do Mercado de Atuação

Com mais de 41 milhões de habitantes, distribuídos entre 645 Municípios, São Paulo é o estado mais populoso e povoado do Brasil. Destaca-se por sua expressiva participação na economia, respondendo por cerca de 31% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro.

No Brasil, existem 5,9 milhões de empresas, das quais aproximadamente 1,8 milhões instaladas no Estado de São Paulo (31% do total), sendo: Indústria (189 mil) e Agronegócio (12 mil), que equivalem a 12% do total; Serviços (727 mil), com 42%, e Comércio (813 mil), com 46%.

Embora seja um dos estados mais desenvolvidos do Brasil, O Estado de São Paulo apresenta insuficiência de desenvolvimento em algumas áreas deprimidas do seu território, caracterizadas como bolsões de pobreza, com elevados níveis de desigualdade social.

3.3 Público Alvo

O público alvo da AFESP abrange aproximadamente 36 mil pequenas e médias empresas (2,01% do total do Estado), dos setores da indústria, de agronegócios, comércio e serviços, que têm entre 30 a 499 funcionários e faturamento anual entre R\$ 240 mil a R\$ 100 milhões.

As Prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público que podem ser atendidos pela Agência.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1 Desempenho nos Negócios

Nesse seu primeiro ano, a AFESP intensificou suas atividades na estruturação Organizacional e de Negócios.

Ao iniciar suas operações, lançou o Programa de Crédito Produtivo (PCP), cujo objetivo é apoiar a competitividade das empresas paulistas por meio do financiamento ao capital de giro e ao investimento, de forma a expandir a geração dos empregos e da renda. O programa é direcionado às empresas dos setores industriais, do comércio, do agronegócio e dos serviços e oferece condições diferenciadas em relação ao mercado.

As parcerias com entidades de classes e empresas possibilitaram à AFESP atingir todo o território paulista e agilizar o processo de concessões de crédito. Em 2009, 72,5% dos limites de créditos disponibilizados às empresas foram efetivados por meio dos parceiros.

Além dos recursos próprios já integralizados, a AFESP tem aprovado junto ao BNDES um limite de R\$ 204,1 milhões, já com pleito de expansão dessa disponibilidade. Até 30/12/2009, o BNDES havia aprovado R\$ 48,5 milhões referentes a 93 operações.

Com 10 meses de existência, a AFESP contabiliza, em 31/12/2009, R\$ 171,8 milhões em limites de créditos aprovados, atendendo 119 empresas paulistas de diversos setores. O desembolso realizado em 2009 com recursos próprios totalizam R\$ 28,7 milhões.

4.2 Política de Crédito

As operações de crédito estão registradas ao valor principal, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço em razão da fluência dos prazos das operações.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração, quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, as garantias e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, divulgada pelo Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo - perda).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

4.3 Produtos

Linha Especial de Giro – LEG. Linha de financiamento de capital de giro para empresas dos setores da indústria, do comércio e de serviços, que visa a geração de emprego e renda, combinando condições especiais de crédito às facilidades do desconto de recebíveis.

Linha Especial Parcelada – LEP. Linha de financiamento de capital de giro para empresas paulistas dos setores da indústria, do comércio e de serviços, visando à criação de emprego e renda e ao aumento da competitividade, por meio de financiamento parcelado.

Linha de Financiamento ao Investimento Paulista – FIP. Linha de financiamento voltada para projetos de inovação e desenvolvimento tecnológico, de apoio ao meio-ambiente e à eficiência energética, para indústrias, comércio, agroindústrias, prestadoras de serviços e cooperativas de produção paulistas, que precisam investir em adequação ambiental e em inovação e desenvolvimento tecnológico com geração de emprego.

Linha Especial de Investimento- LEI. Linha de financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos novos, veículos utilitários e abertura de franquias, com cobertura do FDA.

Programa Via SP. Linhas de crédito aos Municípios do Estado, destinadas à execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação de ruas e estradas, infra-estrutura urbana e rural e aquisição de máquinas e equipamentos para estes fins.

Linha Emergencial Recuperação Econômica de Municípios Paulistas. Linha de financiamento destinada às empresas dos setores da indústria, do comércio e de serviços, com instalações em municípios afetados por acidentes produzidos por fenômenos da natureza, em condições apropriadas para permitir a recuperação econômica desses municípios. Itens financiáveis: aquisição de máquinas e equipamentos, incluídos os de automação comercial; capital de giro para recomposição de estoques e projetos de reconstrução de empreendimentos.

Além das linhas com recursos próprios, a AFESP é agente financeiro do BNDES, podendo realizar repasses de recursos nos programas BNDES Automático e BNDES FINAME desde outubro de 2009.

5. DESEMPENHO FINANCEIRO

5.1 Análise dos Resultados

A AFESP encerrou o seu primeiro exercício com um lucro líquido de R\$ 7.200.441,21.

Durante o ano de 2009, foram integralizados R\$ 400.000.000,00 ao capital da AFESP.

A receita total do exercício, no valor de R\$ 25.527.075,45, é resultante das seguintes operações:

1. Operações com títulos e valores mobiliários: receita de R\$ 24.841.955,64, provenientes de aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e cotas de fundos de renda fixa;
2. Operações de crédito: receita de R\$ 600.366,82, através das linhas: Especial Parcelada – LEP e Especial de Giro – LEG;
3. Receitas de tarifas relativas às concessões das operações de crédito: R\$ 84.752,99.

A despesa total do exercício foi de R\$ 18.326.634,24, tendo como principais:

1. Despesas de Pessoal: R\$ 10.727.893,67;
2. Constituição de provisões para o Imposto de Renda e Contribuição Social: R\$ 4.141.768,03;
3. Outras despesas administrativas, sendo que os principais gastos foram com processamento de dados, publicações, consultorias, manutenção, vigilância e limpeza: R\$ 1.907.727,12;
4. Provisionamento de R\$ 324.508,27 para pagamento da participação nos lucros aos funcionários da AFESP;
5. Contribuições ao PIS e COFINS e pequenas taxas recolhidas à Receita Federal e Secretaria da Fazenda, no montante de R\$ 1.191.534,73;
6. Provisão para devedores duvidosos: R\$ 33.202,42.

6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

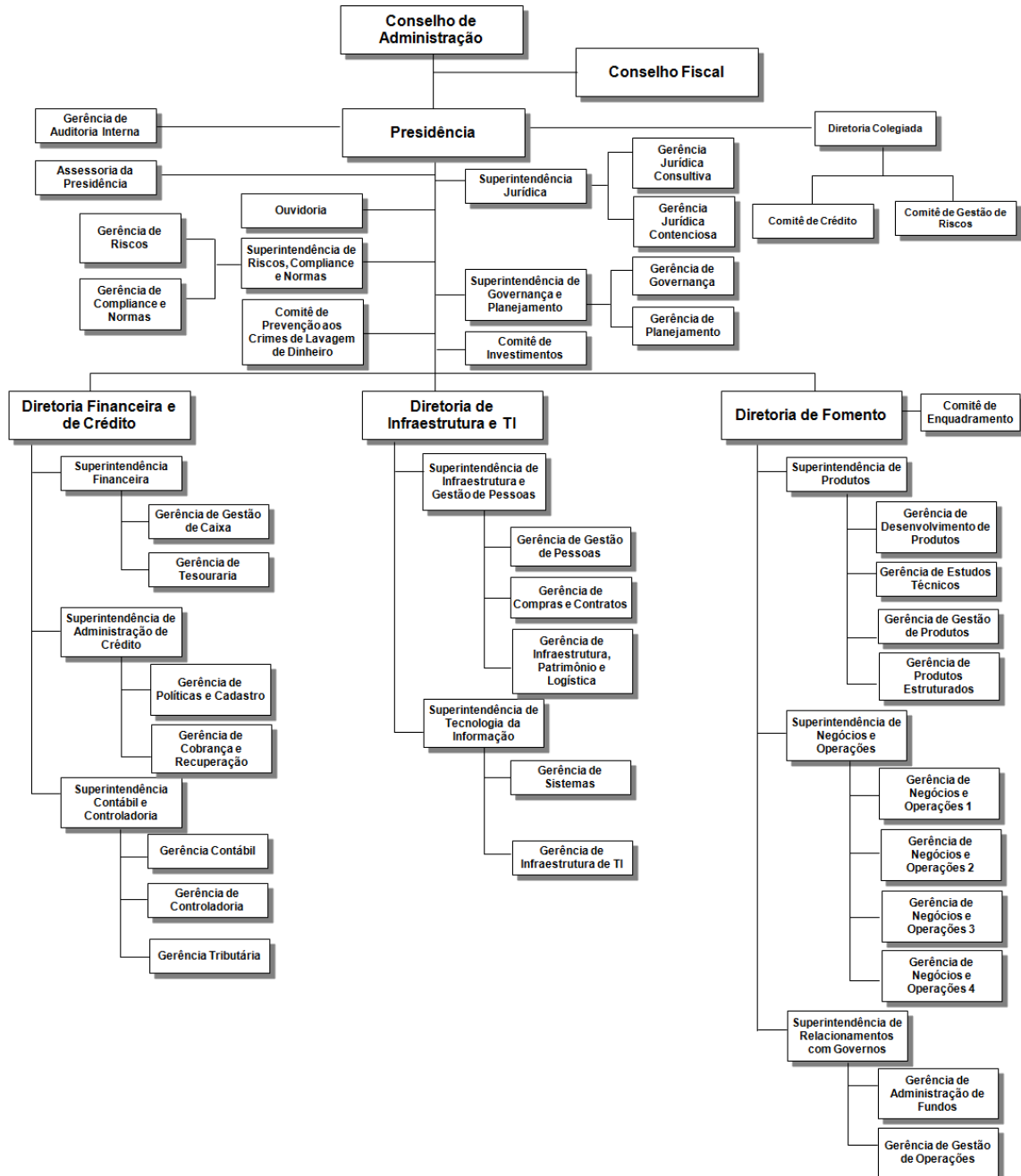
A AFESP adota as boas práticas de Governança Corporativa para o cumprimento de sua missão institucional e segue os quatro princípios fundamentais da governança corporativa:

- Transparência;
- Equidade;
- Prestação de Contas;
- Responsabilidade Corporativa.

Aprovado pelo Conselho de Administração, o **Código de Ética** tem como objetivo nortear as ações de todos os funcionários e gestores da AFESP, disseminando padrões éticos de conduta essenciais no relacionamento com acionistas, gestores, colegas, clientes, fornecedores e prestadores de serviços.

Certificando o comprometimento com a Governança Corporativa, a AFESP tem, em sua estrutura organizacional, área específica responsável pela implantação e manutenção da estrutura de controles internos e Compliance. Além disso, foram divulgados diversos manuais, entre eles o Manual de Normas e o Manual de Políticas Corporativas, que apresenta o Estatuto Social e as Políticas de Gerenciamento dos Riscos de Mercado e Operacional.

6.1 Organograma



6.2 Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada responsável pela orientação estratégica da Agência. É composto por oito membros eleitos pela Assembléia Geral, todos com mandato unificado de dois anos a contar da data da eleição, onde é permitida a reeleição.

Fazem parte do colegiado cinco Secretários de Estado, das seguintes pastas do Governo do Estado de São Paulo: Secretaria da Fazenda; Secretaria de Desenvolvimento; Secretaria de Economia e Planejamento; Secretaria de Agricultura e Abastecimento; Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho.

6.3 Diretoria Colegiada

A diretoria é composta por quatro membros, sendo um Diretor Presidente; um Diretor Financeiro e de Crédito, com atribuições específicas para matéria financeira; um Diretor de Infraestrutura e Tecnologia da Informação, também com atribuições de matéria administrativa, e um Diretor de Fomento, com atribuições específicas para matérias relacionadas aos programas e políticas de fomento da Agência, todos com mandato unificado de dois anos, permitida a reeleição.

Em conjunto com o Conselho de Administração, exerce a administração geral da Agência, assegurando o seu funcionamento alinhado aos objetivos traçados.

6.4 Conselho Fiscal

A Agência tem um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, com as competências e atribuições previstas na lei. Os membros são eleitos anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, permitida a reeleição.

Composto por quatro membros e suplentes, o Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer de seus membros ou pela Diretoria, lavrando-se ata em livro próprio.

6.5 Comitê de Prevenção aos Crimes de Lavagem de Dinheiro

Subordinado à Presidência, as reuniões são realizadas mediante convocação do coordenador do Comitê, de acordo com a demanda das documentações encaminhadas, referentes a operações ou propostas de

operações que indiquem risco de ocorrência dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.

6.6 Comitê de Crédito

É Composto pelo Diretor Financeiro e de Crédito, que preside o comitê, pelo Diretor de Fomento e pelos representantes das Superintendências de Crédito e de Negócios e Operações.

As reuniões são realizadas, ordinariamente, duas vezes por semana e, extraordinariamente, mediante convocação do presidente do Comitê, com a presença de todos os membros, ou seus respectivos suplentes, para a votação da pauta.

6.7 Comitê de Investimentos

Subordinado à Presidência e com coordenação exercida pelo Diretor Presidente, o Comitê de Investimentos é composto por quatro Diretores com direito a voto e quatro Superintendentes sem direito a voto. As reuniões são realizadas mediante convocação do coordenador do Comitê, de acordo com a demanda dos investimentos propostos.

Tem como principal objetivo selecionar e acompanhar o desempenho de fundos ou empresas para investimento, observadas a regulamentação e as normas e políticas internas em vigor.

6.8 Auditoria Interna

Ligada à Presidência e subordinada ao Conselho de Administração, a Auditoria Interna tem como função apoiar e assessorar permanentemente os gestores operacionais e a alta administração da instituição. Seu foco é a segurança e a eficácia dos controles internos, visando reduzir a exposição a riscos da instituição.

Os trabalhos de auditorias preventivas, corretivas e de rotinas nas diversas unidades da instituição, além da verificação do cumprimento das normas internas e externas, objetivam a inibição de possíveis fraudes contra o patrimônio e finanças da organização, assegurando que os procedimentos adotados estejam aderentes às políticas definidas e à legislação vigente.

6.9 Ouvidoria

Instituída em abril de 2009, a Ouvidoria está subordinada à Presidência e segregada da Auditoria Interna, sendo responsável por recepcionar e registrar todas as reclamações de clientes e usuários relativas aos serviços

e produtos da Agência. Sua estrutura atende a todas as exigências legais e regulamentares, conforme normativas do Banco Central do Brasil.

7. GESTÃO DE RISCO

Na AFESP, o gerenciamento dos riscos é realizado por uma unidade independente, ligada diretamente à Presidência.

Essa superintendência é composta por duas gerências, sendo uma responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, e a outra responsável pelas normas e pelos controles internos e *Compliance*.

Os Relatórios de Descrição das Estruturas de Gerenciamento do Risco Operacional e do Risco de Mercado estão disponíveis ao público na sede da instituição.

7.1 Risco de Mercado

A Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, instituiu diretrizes, metodologias, limites e responsabilidades no âmbito do risco de mercado.

O risco inerente à flutuação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN) é calculado diariamente através do VaR Paramétrico, com 95% de confiança, para o horizonte de um dia.

Embora não haja operações registradas na carteira de negociação, a política define, para essas operações, o cálculo do risco de mercado de acordo com o VaR padrão divulgado pelo Banco Central do Brasil.

7.2 Risco de Crédito

O gerenciamento do risco de crédito baseia-se, inicialmente, no acompanhamento da evolução da carteira de crédito da instituição, com a coleta e o armazenamento de dados para projeções e análises futuras, além da revisão da classificação das operações nos níveis de risco e do cálculo do provisionamento para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa, de que trata a Resolução 2.682, de 1999.

O cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido, referente às Exposições Ponderadas por Fator de Risco (PEPR), é efetuado com base na Circular BACEN nº 3.360, de 2007.

A AFESP segue o cronograma para implementação da estrutura de gerenciamento do risco de crédito, conforme determina a Resolução 3.721, de 30/04/2009.

7.3 Risco Operacional

Após o início das atividades da AFESP, vêm sendo adotadas, continuamente, providências a fim de aperfeiçoar a operacionalização das atividades e minimizar o risco operacional.

A primeira delas foi a instituição da Política de Normas. Os Manuais de Normas e Procedimentos têm sido divulgados paulatinamente. Entre esses Manuais, foi divulgado o Manual de Controles Internos e Compliance, contendo a Estrutura de Controles Internos e os Procedimentos para Prevenção aos Crimes Previstos na Lei 9.613. Foi divulgada, ainda, a Política de Gerenciamento do Risco Operacional.

Além disso, o acompanhamento sistemático da divulgação de normativos pelos órgãos reguladores tem sido um instrumento importante para minimizar riscos.

A realização do concurso público, com a conseqüente convocação de novos funcionários, em dezembro de 2009, também foi um importante fator mitigador de riscos, somado aos treinamentos ministrados durante todo o ano.

No tocante à alocação de capital, no cômputo do Patrimônio de Referência Exigido, o cálculo da Parcela referente ao Risco Operacional (POPR) é feito em consonância com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.383, de 2008. Para esse cálculo, a AFESP optou pela metodologia da **Abordagem do Indicador Básico**.

7.4 Basiléia II

O Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil, divulgou, em 2007, as Resoluções 3.444 e 3.490, que norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

A AFESP está devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente.

8. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Com o compromisso de contribuir para o desenvolvimento sustentável, a AFESP atua como instrumento para a melhora da qualidade de vida da população paulista, incentivando ações que propiciem a integração social, canalizando e investindo recursos em empreendimentos que contribuam

para a geração de riquezas, oportunidades de emprego, qualificação e diversidade da força de trabalho e o incentivo ao desenvolvimento científico.

A AFESP acredita que o crescimento econômico e social é sustentado pelo desenvolvimento responsável da atividade produtiva, considerando a preservação e a recuperação do meio ambiente e assegurando o bem estar das gerações presentes e futuras.

Esse princípio se reflete nas ações internas e externas da Agência, que incentiva e apóia empreendimentos que respeitem os requisitos básicos para a sustentabilidade: ser ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito.

8.1 Campanha de Agasalhos

Em parceria com o Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de São Paulo, a AFESP, com apoio de seus colaboradores, arrecadou 128 peças de agasalhos, num período de 40 dias. Essas doações foram destinadas ao Serviço Social da Paróquia de Santa Cecília, ao Lar da Criança Favos de Luz e ao Lar das Senhoras Batuíra.

8.2 Campanha de Brinquedos

O Instituto Criança Cidadã, uma entidade que atende seis mil pessoas/mês, foi escolhido para receber os 314 brinquedos educativos arrecadados na Campanha interna de Doação de Brinquedos, em outubro de 2009.

8.3 Campanha “Cestas Básicas”

Os colaboradores e as diretorias da AFESP adquiriram 30 (trinta) cestas de natal, para doação aos colaboradores que prestam serviços de limpeza, vigilância, zeladoria, recepção e manutenção predial na Agência.

8.4 Campanha “Adote a Caixa e Recicle”

Recolhimento de todo papel não utilizado pelos colaboradores, com encaminhamento para as cooperativas de reciclagem.

8.5 Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA)

Doação e apoio ao Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – FEDCA, em 22/12/2009.

8.6 Projeto “Esta é a Nossa Canção”

Com base na Lei *Roaunet*, a AFESP apoiou a realização do Projeto “Esta é a Nossa Canção”, aprovado pelo Ministério da Cultura e produzido pela empresa Estamos Aqui Produções Artísticas Ltda.

9. DESTAQUES 2009

PRIMEIRA OPERAÇÃO EM APENAS TRÊS MESES

O ano de 2009 foi marcado por grandes desafios e superações para a AFESP. A infraestrutura operacional e a definição das políticas internas proporcionaram condições para o direcionamento do plano de ação da Agência.

Com foco nos negócios, em apenas três meses do início das atividades, a AFESP celebrou a primeira operação de crédito dentro do Programa de Crédito Produtivo (PCP).

PROGRAMA VIA SP

Para promover o desenvolvimento dos municípios paulistas, a AFESP criou o Programa Via SP, que disponibiliza linhas de crédito aos Municípios do Estado, destinadas à execução de obras viárias, serviços e aquisição de máquinas e equipamentos de infraestrutura. Nesta primeira etapa, com prazo de apresentação da Carta-Consulta até 30/12/2009, a Linha dispõe de R\$ 80 milhões de recursos próprios, além de aproximadamente R\$ 70 milhões de recursos do BNDES. Foram recebidas 97 Cartas-Consulta de 69 Prefeituras Paulistas, com um total de pedidos de financiamento na ordem de R\$ 532 milhões.

FUNDOS DE GOVERNO

Para dar cumprimento às suas competências legais, a AFESP desenvolve estudos de viabilidade para administração e reformulação dos Fundos e Programas de Governo do Estado de São Paulo, que atualmente representam 41 fundos, sendo 21 ativos com patrimônio de R\$ 785,7 milhões. A AFESP também recebeu o mandato do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES) para gestão e operacionalização do Fundo de Aval (FDA) do Governo Estadual.

INDÚSTRIAS ROMI S.A

A AFESP celebrou convênio de cooperação com a Indústrias Romi S.A, onde, pelo acordo, serão repassados R\$ 20 milhões em recursos obtidos

através da linha BNDES Fínime-Fabricante, para viabilizar o financiamento de máquinas produzidas pela companhia a seus clientes de micro, pequeno e médio porte.

Por meio desse convênio, foram aprovados 74 pedidos de financiamento junto ao BNDES, que equivalem a R\$ 16,3 milhões.

CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO (CAF)

Em novembro, a AFESP assinou convênio de cooperação com a Corporação Andina de Fomento (CAF), com sede em Caracas, na Venezuela. Trata-se do primeiro acordo fechado pela instituição com um agente internacional de promoção de investimentos. O objetivo é incentivar especificamente projetos voltados para preservação do meio ambiente e sustentabilidade.

10. PLANO 2010

SEMINÁRIO ECONOMIA VERDE E POLÍTICA ESTADUAL MUDANÇAS CLIMÁTICAS

No âmbito da missão e competências, a AFESP exercerá um protagonismo na execução da Política Estadual das Mudanças Climáticas do Governo do Estado de São Paulo.

Nesse contexto, e em parceria com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a AFESP coordenará, em março de 2010, o **Seminário “Política Estadual de Mudanças Climáticas: um Caminho para a Economia Verde”**.

Com a participação de empresários, agentes públicos municipais, ambientalistas, estudiosos e interessados no tema, o seminário tem como objetivo a sensibilização e o levantamento de subsídios para viabilizar instrumentos econômicos e estimular o crédito financeiro voltado a medidas de mitigação de emissões de gases de efeito estufa e de adaptação aos impactos das mudanças climáticas.

CONCURSO PROJETOS SUSTENTÁVEIS

Com o objetivo de estimular o desenvolvimento de projetos que reduzam a emissão dos gases de efeito estufa (GEEs), a AFESP lançará, em março de 2010, o **Concurso Projetos Sustentáveis**, que premiará os melhores projetos apresentados e financiará os que sejam aderentes às regras da Agência.

LINHA DE FINANCIAMENTO “ECONOMIA VERDE”

Os técnicos da AFESP, em parceria com os técnicos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, estão desenvolvendo estudos para o lançamento de uma linha de financiamento específica, intitulada ‘**Linha Economia Verde**’, que visa atender aos projetos sustentáveis para que os municípios e empresas se preparem para o cumprimento das metas propostas na Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC no Estado de São Paulo, promulgada pela Lei 13.798/09.

VENTURE CAPITAL

Além dos produtos já disponíveis, a AFESP aprovou a subscrição de cotas de Fundos de Investimento em Empresas Emergentes - Capital Semente, que permitirá o apoio financeiro ao segmento de empresas emergentes com base tecnológica.

O aporte de capital (*Venture Capital*), através do fundo, nas empresas selecionadas, proporcionará à AFESP o compartilhamento do risco do negócio com outras instituições e outros investidores individuais. Inicialmente, serão passíveis de apoio apenas os fundos já aprovados pelo BNDES e pela FINEP. A gestão desses fundos por empresas especializadas elimina os dois principais motivos da alta taxa de mortalidade ou pequeno crescimento das empresas inovadoras: baixa capacidade de gestão e grande necessidade de capital em relação ao disponível.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITO CREDITÓRIO (FIDC)

Em 2010, a AFESP também lançará o Fundo de Investimento em Direito Creditório (FIDC), para financiar os fornecedores da Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRO), incentivando a expansão do parque industrial paulista, e o FIDC ABIMAQ, que tem como objetivo atender às necessidades de capital de giro do nosso principal parceiro, com um mínimo de utilização do nosso capital próprio (maximização de recursos).

META 2010

Com apenas dez meses de existência, a AFESP já desponta como uma das grandes ferramentas do Governo Estadual para o incentivo à expansão de investimentos.

Ao final de 2010, com o fortalecimento e apoio das parcerias com entidades de classe do setor produtivo, a Agência de Fomento Paulista tem a expectativa de atingir R\$ 1 bilhão em créditos.

A Agência está em contínua estruturação para atender a essa demanda. Em se tratando de infraestrutura tecnológica, investiu, em 2009, em locação de aplicativos, micro-computadores, notebooks e em aquisição de licenças de uso de softwares.

Em 2010, está prevista a criação de uma área específica que proporcionará a estrutura organizacional adequada para dar suporte às atividades de negócios, objetivando a otimização dos processos operacionais de retaguarda, com maior centralização e automação de atividades.

A contratação de 50 novos funcionários e o investimento contínuo em treinamentos preparará toda equipe para atender à demanda. A captação de recursos e o investimento em novos produtos garantirão o atendimento às expectativas e necessidades financeiras dos clientes.

É uma meta arrojada, que impõe desafios diários, mas que, certamente, contribuirá para o fortalecimento da Agência e para o cumprimento de sua missão institucional.

Milton Luiz de Melo Santos
Diretor Presidente

Cláudio de Oliveira Torres
Diretor Financeiro e de Crédito

Daniele Lunetta
Diretor de Fomento

Paulo Roberto Penachio
Diretor de Infraestrutura e Tecnologia de Administração